

Aula 02 - Prof. Thais Runstaim

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito Civil +
Estatuto da Pessoa Idosa + Estatuto da
Pessoa com Deficiência - 2025*

Autor:
(Pós-Edital)

**Thaís de Cássia Rumstain,
Raphael Rabelo Parreira, Bruno
Bezerra**

06 de Junho de 2025

DOMICÍLIO E BENS

Sumário

O que é mais cobrado dentro do assunto?	1
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	2
APOSTA ESTRATÉGICA.....	22
Questões estratégicas.....	25
Questionário de revisão e aperfeiçoamento.....	32
Perguntas: Domicílio.....	32
Perguntas: Bens	33
Perguntas com respostas: Domicílio.....	33
Perguntas com respostas: Bens.....	36
Lista de Questões Estratégicas.....	40
Gabarito.....	43
Bibliografia.....	44

O QUE É MAIS COBRADO DENTRO DO ASSUNTO?

A análise refere-se ao período de 2020 a 2025, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AACP**, exclusivamente para o **nível superior**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual

Tópico		% de cobrança Instituto AACP
Dos Bens (arts. 79 a 103)	Princípios Gerais dos Bens	0,00%
	Classificação dos Bens (art. 79 a 97)	29,41%
	Bens Públicos (arts. 98 a 103)	29,41%



Do Domicílio (Art. 70 ao 78)	Domicílio da Pessoa Natural (Art. 70 ao 74)	17,65%
	Domicílio da Pessoa Jurídica (Art. 75)	5,88%
	Domicílio Necessário (Art. 76)	17,65%
	Domicílio do Agente Diplomático (Art. 77)	0,00%
	Domicílio Contratual (Art. 78)	0,00%

ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

Olá, corujas! Vamos para mais uma aula de Direito Civil!



Depois de termos estudado, na aula passada, sobre as Pessoas Naturais e Jurídicas, hoje estudaremos dois assuntos que se relacionam com o que já estudamos, que são os assuntos: **Domicílio e Bens**. Ao estudarmos esses assuntos também revisaremos alguns pontos da aula passada.

Vamos apresentar os conceitos de uma forma simples, para que você compreenda com clareza e com exemplos práticos também.

Vamos começar nossa aula sobre um conceito fundamental no Direito Civil: **domicílio**. Este é um tema recorrente em provas de concursos públicos, portanto, fique atento aos detalhes!

DOMICÍLIO

1. Definição e importância

O domicílio está previsto nos **arts. 70 a 78 do Código Civil**.

Ele não se resume apenas ao local onde a pessoa mora, mas ao lugar onde ela estabelece sua residência com o **ânimo definitivo de permanecer**, ou seja, com a intenção de fazer daquele lugar seu ponto central de atividades e relações jurídicas.

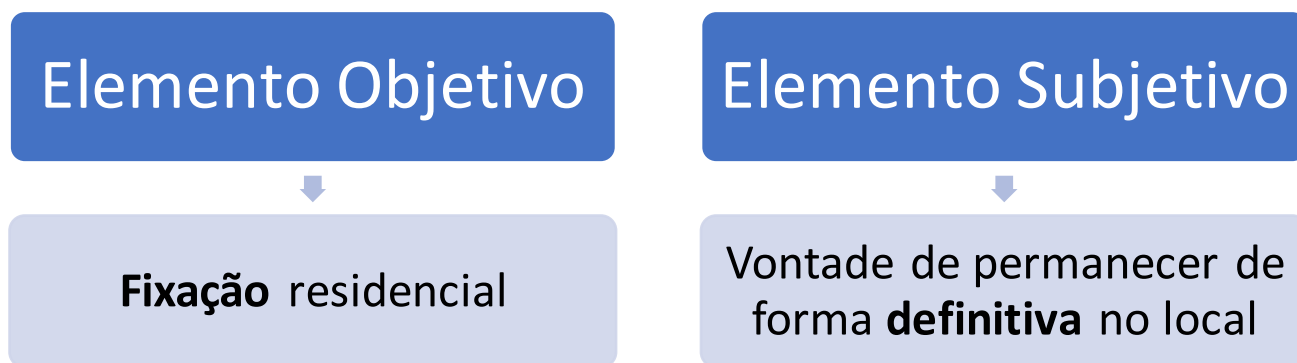
O **art. 70** do Código Civil define:



Art. 70. O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

Logo, domicílio não é apenas o local onde a pessoa mora temporariamente, mas onde pretende ficar de forma mais estável.

No conceito estarão abarcados os elementos objetivo e subjetivo:



Dica: O examinador pode tentar confundir domicílio com residência. A **residência** é o local onde a pessoa habita fisicamente, mas o **domicílio** é caracterizado pela intenção de permanência. Portanto, nem toda residência é domicílio, mas todo domicílio tem uma residência.

Exemplo:

Imagine que você seja aprovado em um concurso público em outro estado e precise se mudar para cumprir suas funções. A partir do momento que se estabelece nessa nova cidade com a intenção de permanecer ali, essa passa a ser o seu domicílio.

Para não errar na hora da prova, vamos memorizar as seguintes diferenças:





Domicílio

- Lugar + Ânimo
- Prova concreta de concentração de atividades, tais como pagamento de impostos, relacionamento com terceiros, recebimento de correspondências, contratos de locação se o caso, etc.



Residência

- Apenas o elemento objetivo "Lugar", mas com o elemento "habitualidade"
- Pode ter certa duração de tempo, como ocorre com casas de veraneio, residência de inverno, uma fazenda, um local onde a pessoa passe férias, por exemplo.



Residência Passageira

- Apenas o elemento objetivo "Lugar", mas SEM o elemento "habitualidade"
- Vida transitória
- Pode ser um hotel, um veículo, uma pensão, etc.

No Direito Civil, o conceito de **domicílio** não é único, e o Código Civil traz diferentes espécies de domicílio. Vamos entender melhor as três principais categorias: **domicílio propriamente dito**, **domicílio legal**, e **domicílio contratual**:

a) Domicílio Propriamente Dito (ou Domicílio Voluntário)

O **domicílio propriamente dito** é o domicílio clássico, voluntário, escolhido pela pessoa. É o local onde a pessoa **estabelece sua residência com ânimo definitivo** (vontade de permanecer). Esse domicílio é o mais comum e o mais utilizado no dia a dia.

***Art. 70:** "O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo."*

Características:

- A pessoa escolhe onde vai residir.
- Envolve o aspecto físico (residência) e o psicológico (intenção de permanência).
- A pessoa pode ter mais de um domicílio se alterna a residência entre locais diferentes.

Exemplo: Uma pessoa que mora em São Paulo com a intenção de continuar vivendo lá tem São Paulo como seu domicílio



b) Domicílio Legal

O **domicílio legal** é aquele imposto pela lei. Em determinadas situações, a pessoa não tem liberdade de escolher onde será seu domicílio, sendo este fixado pela legislação. O domicílio legal se aplica a **incapazes, servidores públicos, militares, marítimos e presos**.

***Art. 76:** "Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso."*

Características:

- É determinado por lei, independentemente da vontade da pessoa.
- Aplica-se a pessoas que, por alguma condição, não podem escolher livremente onde será seu domicílio.
- Fixa o domicílio em razão de circunstâncias específicas, como incapacidade, função pública, ou pena.

Exemplo: O incapaz terá como domicílio o local onde reside seu representante legal (pais ou tutor). Um preso terá como domicílio o local onde está cumprindo sua pena.

c) Domicílio Contratual

O **domicílio contratual** é aquele escolhido pelas partes em um contrato para a solução de questões e disputas judiciais. As partes contratantes podem eleger um local específico para o cumprimento das obrigações ou para a determinação de competência de eventuais processos judiciais.

***Art. 78:** "Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes."*

Características:

- Surge por meio de um contrato.
- As partes elegem um domicílio específico para questões relacionadas ao contrato.
- Facilita a definição de competência em litígios relacionados ao contrato.

Exemplo: Em um contrato de prestação de serviços, as partes podem escolher que qualquer disputa seja resolvida no foro da cidade de Belo Horizonte, independentemente de onde estejam residindo.





Domicílio Propriamente Dito	Domicílio Legal	Domicílio Contratual
		
Decorre do conceito legal	Decorre de lei, por exemplo, domicílio eleitoral ou domicílio fiscal	Fixado em contrato, como ocorre com a eleição do foro

2. Pluralidade de Domicílios

Embora seja comum cada pessoa ter apenas um domicílio, a **pluralidade de domicílios** também é permitida pelo direito brasileiro, como vemos no **art. 71 do Código Civil**, especialmente se a pessoa tiver diversas residências onde alternadamente viva, como um ator que mora em mais de uma cidade.

“Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.”

São, portanto aqueles que se relacionam com aspectos do ser humano e suas projeções sociais.

Exemplo: Imagine um empresário que possui uma residência em São Paulo, onde passa a maior parte do tempo, mas também mantém uma casa em Curitiba, onde costuma passar alguns dias do mês por motivos pessoais. Ambas as residências podem ser consideradas domicílios, uma vez que ele reside alternadamente nesses lugares e mantém vínculos jurídicos e pessoais em ambas as cidades.



Essa pluralidade de domicílios é particularmente importante para questões relacionadas à competência territorial para processos judiciais, o que pode ser abordado em provas.



Destacamos, ainda três pontos importantes:

Tipo de Domicílio	Descrição
Domicílio Profissional	Trata-se de uma novidade do CC/2002, sem previsão no CC/16, e se relaciona com o trabalho da pessoa, que pode possuir residência em um local e exercer a sua atividade profissional em outro local.
Ausência de Domicílio Fixo	Ocorre, por exemplo, com pessoas errantes ou nômades, que não possuem o elemento subjetivo ("animus") de permanecer em um determinado local. Assim, o Código Civil estabelece que o domicílio será onde a pessoa for encontrada.
Mudança de Domicílio	A mudança poderá ocorrer de forma voluntária, por vontade própria da pessoa, ou de forma compulsória, por imposição legal (como o domicílio do servidor público ou do preso, por exemplo). Importante: a mudança de domicílio não altera a competência para julgamento de ações já ajuizadas (CPC).

3. Domicílio Voluntário e Domicílio Necessário

O domicílio pode ser **voluntário** ou **necessário**. O **domicílio voluntário** é aquele que a pessoa escolhe, como vimos anteriormente. Já o **domicílio necessário** é imposto por lei em determinadas situações, como no caso de incapazes, servidores públicos, militares e presos.

Veja o que diz o **art. 76**:



"Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso."

Memorize!

Categoria	Descrição
Incapazes	O domicílio do incapaz é o de seu representante legal.
Servidores Públicos	O domicílio é o local onde exercem suas funções.
Militares	O domicílio é o local onde servem.
Marítimos	O domicílio é o porto onde estão registrados.
Presos	O domicílio é o local onde cumprem a pena.

Exemplo: o servidor público tem como domicílio o local onde exerce suas funções permanentemente, enquanto o preso tem domicílio no lugar onde cumpre a sentença.

Dica: Nas provas, é comum a banca trazer questões sobre a distinção entre domicílio e residência. Um ponto importante a ser lembrado é que todo domicílio envolve uma residência, mas nem toda residência implica em domicílio, pois pode faltar o elemento da intenção definitiva.



4. Domicílio da Pessoa Jurídica

O domicílio das pessoas jurídicas é tratado nos **arts. 75 e 77 do Código Civil**. No caso das pessoas jurídicas de direito privado, o domicílio será o lugar onde estão situadas as suas **diretorias ou administrações**.

Isso é importante porque, em questões contratuais ou de responsabilidade, o local do domicílio da pessoa jurídica pode determinar o foro competente.

Art. 75. Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é:

I - da União, o Distrito Federal;

II - dos Estados e Territórios, as respectivas capitais;



III - do Município, o lugar onde funcione a administração municipal;

IV - das demais pessoas jurídicas, o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos.

§ 1º Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

§ 2º Se a administração, ou diretoria, tiver a sede no estrangeiro, haver-se-á por domicílio da pessoa jurídica, no tocante às obrigações contraídas por cada uma das suas agências, o lugar do estabelecimento, sito no Brasil, a que ela corresponder.

Exemplo: Uma empresa com sede em Belo Horizonte, mas que possui filiais em diversas outras cidades, pode ser processada no domicílio de sua sede ou em uma das cidades onde possua filiais, caso a questão envolva a atividade dessa filial específica.

Art. 77. O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.



Ainda em relação ao domicílio, faremos um paralelo com a competência e jurisdição previstas no CPC, principalmente porque as bancas muitas vezes exigem essa interdisciplinaridade. Os limites da jurisdição estão fixados no Código de Processo Civil e delimitam a extensão da jurisdição



brasileira em matéria cível. A jurisdição poderá ser exclusiva do Brasil ou concorrente com outro país. As regras estão dispostas nos artigos 21 a 23 do CPC e podem ser assim esquematizadas:

Jurisdição Nacional Exclusiva - Art. 23, CPC

- conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil (inciso I)
- em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional (inciso II)
- em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional (inciso III)

Jurisdição Internacional Concorrente - Art. 21 e 22 CPC

- Quando o réu estiver domiciliado no Brasil (Art. 21, inciso I)
- Quando a obrigação precisar ser cumprida no Brasil (Art. 21, inciso II)
- Quando o fato em discussão tiver sido praticado no Brasil (Art. 21, inciso III)
- Nas ações de alimentos que envolvem credores domiciliados no Brasil, ou que tenha residência no Brasil, ou que tenha vínculo com o Brasil (posse, propriedade, rendas, entre outros). (Art. 22, inciso I)
- Ações decorrentes de relação de consumo quando o consumidor tiver domicílio ou residência no Brasil (Art. 22, inciso II).
- Para todos os casos em que as partes se submetam à jurisdição nacional (Art. 23, inciso III).

Vamos revisar! Mas, antes de ler as colunas, tente mentalmente se recordar de cada conceito que tratamos na aula, ok?

Espécie de Domicílio	Conceito	Exemplo	Artigo da Lei
Domicílio Propriamente Dito	Local escolhido pela pessoa para estabelecer sua residência com ânimo definitivo.	Uma pessoa que vive em São Paulo e decide permanecer lá indefinidamente.	Art. 70 - CC/2002: <i>O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.</i>
Domicílio Legal	Domicílio fixado pela lei, aplicável a pessoas que não podem escolher livremente seu domicílio.	O domicílio do servidor público é o local onde exerce suas funções.	Art. 76 - CC/2002: <i>Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor</i>



			<i>público, o militar, o marítimo e o preso.</i>
Domicílio Contratual	Domicílio eleito pelas partes em um contrato para o cumprimento de obrigações ou solução de disputas.	Em um contrato, as partes escolhem que qualquer disputa será resolvida no foro da cidade de Belo Horizonte.	Art. 78 - CC/2002: <i>Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.</i>
Domicílio Profissional	Refere-se ao local onde a pessoa exerce sua atividade profissional, mesmo que sua residência esteja em outro lugar.	Um advogado que mora em uma cidade, mas tem um escritório de advocacia em outra cidade.	Art. 72 - CC/2002: <i>É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.</i>
Ausência de Domicílio Fixo	Ocorre quando uma pessoa, como nômades ou errantes, não tem um local fixo de residência; o domicílio será onde for encontrada.	Pessoas sem residência fixa, como nômades.	Art. 73 - CC/2002: <i>Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.</i>
Mudança de Domicílio	A mudança de domicílio pode ocorrer voluntariamente ou por imposição legal. Não altera a competência para ações já ajuizadas.	Um servidor público que é transferido para outra cidade.	

Foi fácil?

Vamos agora estudar sobre Bens!

BENS

1. Conceito de Bens

No contexto do Direito Civil, os bens são objetos de direito que podem ser apropriados e utilizados para satisfazer necessidades humanas. Entender a classificação dos bens é crucial para as provas, pois a aplicação das regras jurídicas varia conforme a natureza do bem.

Os bens são tudo aquilo que pode ser objeto de direito, ou seja, aquilo que tem valor econômico ou serve para satisfazer as necessidades humanas. No Direito Civil, os bens são classificados de acordo com suas características, e essa classificação influencia diretamente em como eles podem ser utilizados, alienados ou transferidos.

Os bens são regulados pelo Código Civil nos **arts. 79 a 103** do Código Civil.



Importante: bens não se confunde com patrimônio, o patrimônio é o **complexo das relações jurídicas** pertencente a uma pessoa e de natureza econômica e que só se transmite causa mortis

2. Classificação dos Bens

Os bens podem ser classificados de várias formas no **Código Civil**.

Vamos destacar algumas das principais:

a) Bens Imóveis X Bens Móveis

Os bens imóveis são aqueles que não podem ser removidos sem destruição ou alteração de sua estrutura. Já os bens móveis são aqueles que podem ser deslocados sem que sua natureza ou estrutura seja comprometida.

Bens Imóveis

São considerados bens imóveis aqueles que estão fixos ao solo, como terrenos e edificações.

O **art. 79 do Código Civil** define:

“Consideram-se bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.”

Isso significa que não apenas o terreno é imóvel, mas também as construções e até árvores que nele estão enraizadas. Um ponto interessante aqui é que existem bens que, apesar de poderem ser deslocados, são considerados imóveis para fins legais, como os direitos reais sobre imóveis.

Assim, o solo e tudo que estiver fixo a ele de forma natural (como árvores) ou artificial (como edificações) são considerados bens imóveis. A incorporação é fundamental para essa definição.

Exemplo: Um edifício é um bem imóvel, pois está incorporado ao solo. Já os tijolos que foram utilizados para sua construção, enquanto separados do solo, são bens móveis, mas quando incorporados à estrutura do edifício tornam-se imóveis.

Bens Móveis

Conforme o **art. 82 do Código Civil**, bens móveis são aqueles que podem ser transportados de um lugar para outro sem alteração de sua substância ou de sua destinação econômica.

A **energia elétrica** também pode ser considerada bem móvel, desde que tenha valor econômico.

Veja o que diz o **art. 83 do Código Civil**:

“Consideram-se móveis para os efeitos legais as energias que tenham valor econômico.”

Exemplo: Um carro, uma cadeira, um livro, todos esses são exemplos de bens móveis.

Reveja:



Imóveis

- Art. 79. São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.
- I - os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;
- II - o direito à sucessão aberta.

Móveis

- Art. 82. São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- I - as energias que tenham valor econômico;
- II - os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes;
- III - os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

b) Bens Fungíveis X Bens Infungíveis

Outra classificação importante é entre bens **fungíveis** e **infungíveis**. Os bens **fungíveis** são aqueles que podem ser substituídos por outros de mesma espécie, qualidade e quantidade, como o dinheiro. Já os bens **infungíveis** não podem ser substituídos, como uma obra de arte.

Bens Fungíveis

São aqueles que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade, conforme o **art. 85 do Código Civil**.

“São fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.”

Exemplo: Dinheiro é o exemplo clássico de bem fungível. Você pode devolver a quantia emprestada com cédulas diferentes daquelas que recebeu.

Bens Infungíveis

São aqueles que possuem características próprias que os tornam insubstituíveis.

Exemplo: Uma obra de arte única, como uma pintura de Van Gogh, é um bem infungível, pois não pode ser substituída por outra obra de arte.

Dica: Muitas questões de concurso trazem a diferenciação entre bens móveis e imóveis, fungíveis e infungíveis. Preste atenção nos detalhes, como a incorporação de elementos ao solo e a natureza dos bens envolvidos.



Fungíveis

- Bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie
- Mesma qualidade
- Mesma quantidade

Infungíveis

- Bens que não podem ser substituídos
- Não se substitui pela espécie, qualidade ou quantidade

c) Bens Consumíveis X Bens Inconsumíveis

A distinção entre **bens consumíveis** e **inconsumíveis** se dá pelo uso do bem.

Bens Consumíveis

São aqueles que se extinguem com o seu uso, conforme o **art. 86 do Código Civil**.

“São consumíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância.”

Exemplo: Alimentos e combustíveis são bens consumíveis, pois sua utilização implica em sua destruição.

Bens Inconsumíveis

São aqueles cujo uso não resulta em destruição imediata.

Exemplo: Um carro é um bem inconsumível, pois pode ser utilizado várias vezes sem que seja destruído.

d) Bens Divisíveis X Bens Indivisíveis

A divisibilidade dos bens refere-se à possibilidade de serem fracionados sem que percam suas características essenciais ou seu valor.

Bens Divisíveis

São aqueles que podem ser fracionados sem que haja prejuízo à sua substância, conforme o **art. 87 do Código Civil**.

“Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.”

Exemplo: Um terreno pode ser dividido em várias partes sem que sua natureza seja alterada.

Bens Indivisíveis



São aqueles que não podem ser fracionados sem que haja perda de suas características essenciais ou valor.

Exemplo: Um quadro não pode ser dividido em partes menores sem que perca seu valor.



Divisíveis

- Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.



Indivisível

- Não podem ser alterados sem alteração de sua substância
- Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.

e) Bens Públicos X Particulares

Temos também a distinção entre bens **públicos** e **particulares**, conforme o **art. 98 do Código Civil**:

Bens Públicos

São aqueles que pertencem às pessoas jurídicas de direito público interno, como os bens de uso comum do povo (ruas, praças) e os bens dominicais (aqueles que integram o patrimônio da administração pública).

Bens Particulares

São todos os demais, pertencentes a pessoas privadas, sejam físicas ou jurídicas.

f) Bens Singulares X Coletivos

Os **bens singulares** são aqueles que possuem uma constituição homogênea, ou seja, suas partes integram o todo de forma independente. A característica principal é que, mesmo que estejam reunidos, eles podem ser considerados individualmente.

Art. 89: "São singulares os bens que, embora reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais."

Já os **bens coletivos** são agrupamentos de bens singulares, com uma **destinação unitária**, ou seja, embora formem um conjunto, eles servem a um único propósito ou função, formando uma **universalidade de fato**.

Art. 90: "Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária."



Parágrafo único. Os bens que formam essa universalidade podem ser objeto de relações jurídicas próprias."

Exemplo: Imagine uma biblioteca pessoal, onde cada livro é um bem singular, mas o conjunto desses livros, destinado à leitura, é uma universalidade de fato.

Veremos mais alguns conceitos importantes que podem ser cobrados na sua prova:

Universalidade de Direitos

A **universalidade de direitos** é um conceito que engloba o **complexo de relações jurídicas** de uma pessoa, dotadas de valor econômico, como um patrimônio ou uma herança. Diferente da universalidade de fato, aqui estamos falando de um conjunto de direitos e obrigações, que podem ser passados de uma pessoa para outra.

Exemplo: A herança de uma pessoa falecida é uma universalidade de direitos, composta por vários bens e direitos que integram o patrimônio do falecido.

Bens Reciprocamente Considerados

Os **bens reciprocamente considerados** são os bens que se interrelacionam. Dentro desse conceito, destacamos os **bens principais e acessórios**:

- **Bem principal:** É aquele que existe por si só, independentemente de outros bens.
- **Bem acessório:** É o bem cuja existência depende de um bem principal.

Art. 92: "Principal é o bem que existe sobre si, abstrata ou concretamente; acessório, aquele cuja existência supõe a do principal."

Exemplo: Um carro é um bem principal, enquanto uma peça de reposição (como um pneu) seria um bem acessório, pois sua função depende do carro.

Pertenças

São bens duradouros que não integram o bem principal, mas que facilitam seu uso.

Art. 93: "São pertences os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro."

Exemplo: Uma garagem, por exemplo, pode ser uma pertença de uma casa, pois facilita o uso da propriedade, mas não é parte integrante dela.

Art. 94: "Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertences, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso."

Frutos e Produtos



Dentro dos bens, também precisamos entender os conceitos de **frutos e produtos**. Os frutos são definidos como tudo aquilo que um bem pode produzir, dividindo-se em três categorias:

1. Frutos Naturais: São os que surgem naturalmente do bem sem a intervenção humana.

Exemplo: O leite produzido por uma vaca em uma fazenda, ou a lã gerada naturalmente por ovelhas.

2. Frutos Industriais: Resultam da combinação de um bem com o trabalho humano para produzir algo novo.

Exemplo: O vinho produzido a partir da uva cultivada e processada em uma vinícola, ou a farinha obtida pela moagem de grãos em uma indústria alimentícia.

3. Frutos Cíveis: São os rendimentos que um bem gera, normalmente em decorrência de sua utilização por terceiros.

Exemplo: Os juros recebidos em razão de um depósito bancário ou o pagamento de royalties por uma patente de invenção.

Art. 95: "Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico."

Benfeitorias

As **benfeitorias** são melhorias feitas em um bem e podem ser classificadas em três categorias:

1. Benfeitorias Voluptuárias: São feitas por mero prazer ou luxo, sem aumentar o uso habitual do bem.

Art. 96, § 1º: "São voluptuárias as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor."

2. Benfeitorias Úteis: Aquelas que aumentam a utilidade do bem.

Art. 96, § 2º: "São úteis as que aumentam ou facilitam o uso do bem."

3. Benfeitorias Necessárias: São feitas para a conservação do bem, ou para evitar sua deterioração.

Art. 96, § 3º: "São necessárias as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore."

Importante:



Art. 97: "Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor."

Exemplo:

- **Voluptuária:** Instalar um *home theater* sofisticado com sistema de som avançado em uma sala de estar. Essa benfeitoria é voltada para o prazer ou entretenimento, mas não aumenta a utilidade funcional da casa de forma necessária.
- **Útil:** Instalar um portão eletrônico para facilitar o acesso à garagem.
- **Necessária:** Fazer o conserto do telhado para evitar danos causados pela chuva.

Transmissão de Bens



A **transmissão de bens** é um processo em que a propriedade ou posse de um bem passa de uma pessoa para outra. Esse processo pode ocorrer de diferentes formas, sendo as principais: **transmissão por ato inter vivos** e **transmissão causa mortis**.

1. Transmissão por Ato Inter Vivos

A transmissão de bens por **ato inter vivos** ocorre durante a vida das partes envolvidas e pode ser realizada por meio de diferentes negócios jurídicos, como a **compra e venda, doação, permutas**, e outros contratos. Neste tipo de transmissão, há a troca ou transferência da propriedade de um bem de uma pessoa para outra, mediante um acordo entre as partes.

Exemplo: Se uma pessoa vende um imóvel a outra, ocorre a transmissão da propriedade desse bem através de um contrato de compra e venda.

Regras Importantes:

- Para a transmissão de **bens imóveis**, é necessária a formalização por escritura pública e o registro no cartório de registro de imóveis, conforme o **art. 108 do Código Civil**.
- A **doação**, outra forma de transmissão *inter vivos*, é um contrato em que uma pessoa (doador) transfere bens ou vantagens a outra (donatário) sem exigir pagamento.

2. Transmissão Causa Mortis



A transmissão de bens **causa mortis** ocorre após a morte de uma pessoa, no processo de sucessão hereditária. Nesse caso, os bens do falecido são transferidos para seus herdeiros legítimos ou testamentários.

Exemplo:

Quando uma pessoa falece, seus bens são transmitidos aos herdeiros, seja por força de lei (herdeiros legítimos, como filhos, cônjuges) ou por vontade do falecido (herança testamentária).

Regras Importantes:

- **Herança:** A herança é considerada uma universalidade de direito, ou seja, um conjunto de bens e obrigações que se transmite de forma unitária aos herdeiros.

***Art. 1.784:** "Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários."*

3. Limitações à Transmissão de Bens

Embora a transmissão de bens seja um direito, ela pode ter limitações impostas por lei. Alguns bens, como os **bens públicos** e os **bens inalienáveis**, não podem ser transmitidos. Além disso, a transmissão de certos bens, como os imóveis, exige formalidades específicas para sua efetivação.

- **Bens Públicos:** Não podem ser objeto de transmissão por meio de usucapião ou venda direta, conforme **Art. 102** do Código Civil.
- **Bens Inalienáveis:** São aqueles cuja alienação é proibida por lei, como bens gravados com cláusula de incomunicabilidade, ou bens que pertencem ao domínio público.

Formas de Transmissão de Bens

Forma de Transmissão	Descrição
Ato Inter Vivos	Transferência de bens entre vivos, mediante contrato, como compra e venda, doação ou permuta.
Causa Mortis	Transferência de bens em razão do falecimento, por meio de herança, testamento ou sucessão legítima.

A transmissão de bens, seja por **ato intervivos** ou **causa mortis**, é uma parte essencial do Direito Civil, regida por diversas normas e formalidades, que garantem a correta transferência da propriedade e direitos relacionados aos bens.





Assim como fizemos com o assunto do domicílio, tente mentalmente recordar de cada um dos tópicos propostos abaixo:

Tópico	Definição	Artigo de Lei
Quais são os bens móveis e imóveis	Bens imóveis são o solo e tudo que se lhe incorporar, como edificações. Bens móveis são aqueles suscetíveis de movimento, como veículos.	Art. 79 - CC/2002: São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente. Art. 82 - CC/2002: São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio.
O que são bens fungíveis, consumíveis, divisíveis e singulares	Bens fungíveis são substituíveis por outros da mesma espécie. Bens consumíveis se destroem com o uso. Bens divisíveis podem ser fracionados sem alteração. Bens singulares têm existência própria.	Art. 85, 86, 87, 89 - CC/2002: Definem as respectivas categorias de bens (fungíveis, consumíveis, divisíveis e singulares).
Se os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis	Sim, bens naturalmente divisíveis podem se tornar indivisíveis por determinação legal ou por vontade das partes.	Art. 88 - CC/2002: Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.
O que é universalidade de fato e universalidade de direito	Universalidade de fato é um conjunto de bens com uma destinação unitária, enquanto a universalidade de direito é um patrimônio jurídico organizado.	Art. 90 e 91 - CC/2002: Universalidade de fato e de direito são descritas como conjuntos de bens com destinação unitária ou patrimônio jurídico.
O que é bem principal ou acessório	Bem principal é aquele que existe por si só; bem acessório é aquele cuja existência depende do principal.	Art. 92 - CC/2002: Principal é o bem que existe sobre si; acessório, aquele cuja existência supõe a do principal.
O que são as pertenças	Pertenças são bens que, embora acessórios, não integram o bem principal, mas facilitam o uso do bem.	Art. 93 - CC/2002: São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
Se os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertenças	Sim, salvo estipulação em contrário, o negócio jurídico sobre o bem principal não abrange as pertenças.	Art. 94 - CC/2002: Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.



O que são benfeitorias voluptuárias, úteis ou necessárias	Benfeitorias voluptuárias são aquelas que apenas aumentam o luxo. Benfeitorias úteis aumentam a utilidade. Benfeitorias necessárias são feitas para conservação ou evitar deterioração.	Art. 96 - CC/2002: <i>São voluptuárias as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor. São úteis as que aumentam ou facilitam o uso do bem. São necessárias as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.</i>
O que são bens públicos e quais são sua classificação	Bens públicos são os pertencentes a pessoas jurídicas de direito público. São classificados como bens de uso comum, bens de uso especial e bens dominicais.	Art. 98 e 99 - CC/2002: <i>Definem os bens públicos como de uso comum, especial e dominicais.</i>
Se os bens públicos estão sujeitos a usucapião	Não, os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.	Art. 102 - CC/2002: <i>Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.</i>
Se o uso comum dos bens públicos deve ser gratuito ou remunerado	O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou remunerado, dependendo da regulamentação específica.	Art. 103 - CC/2002: <i>O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.</i>



APOSTA ESTRATÉGICA

Classificação dos Bens

Base legal: Arts. 79 a 97 do Código Civil de 2002



Compreender os diferentes critérios legais para classificar os bens na ordem civil, o que influencia em sua proteção, transmissão, alienação e uso jurídico.

PRINCIPAIS CLASSIFICAÇÕES

1. Bens Corpóreos e Incorpóreos

- **Corpóreos:** têm existência física (ex: casa, carro).
- **Incorpóreos:** existência abstrata, não material (ex: crédito, direito autoral).

2. Bens Móveis e Imóveis

- **Imóveis:** não podem ser transportados sem destruição.

Ex: solo, árvores, edifícios.

- **Móveis:** podem ser transportados sem dano.

Ex: livros, móveis, veículos.

Inclui: bens mobilizados por determinação legal (direitos reais sobre móveis).

Exemplo: A colheita separada da terra passa a ser bem móvel.

3. Bens Fungíveis e Infungíveis (Art. 85)

- **Fungíveis:** podem ser substituídos por outros de mesma espécie, qualidade e quantidade.

Ex: dinheiro, grãos.

- **Infungíveis:** insubstituíveis por suas qualidades próprias.

Ex: obra de arte, terreno específico.

4. Bens Consumíveis e Inconsumíveis (Art. 86)

- **Consumíveis:** são destruídos com o uso (ex: alimentos, combustível).

- **Inconsumíveis:** resistem ao uso contínuo (ex: carro, livro).



Critério jurídico também importa: pode ser considerado consumível por seu uso econômico, mesmo sem destruição física.

5. Bens Divisíveis e Indivisíveis (Art. 87)



- **Divisíveis:** podem ser fracionados sem alteração de sua substância ou valor.

Ex: dinheiro, terreno.

- **Indivisíveis:** não se dividem sem prejuízo (ex: animal, relógio).

6. Bens Singulares e Coletivos (Art. 89 a 91)

- **Singulares:** considerados isoladamente.
- **Coletivos:** formam um conjunto com unidade (universalidade):
 - ✓ **de fato:** biblioteca, rebanho
 - ✓ **de direito:** herança, massa falida (Art. 91)

7. Bens Públicos e Particulares (Arts. 98 a 103)

- **Públicos:** pertencem às pessoas jurídicas de direito público. Classificação:
 - ✓ de uso comum (ruas, praças)
 - ✓ de uso especial (escolas, quartéis)
 - ✓ dominicais (patrimônio disponível)
- **Particulares:** pertencem a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado.



Bens públicos são inalienáveis enquanto afetados a finalidade pública!

- Não estão sujeitos a usucapião.

8. Bens Acessórios: Principal e Acessório (Arts. 92 a 97)

TERMO	CONCEITO
Principal	Existe por si, independente de outro
Acessório	Destinado ao uso, serviço ou ornamento do bem principal
Pertinência (Art. 92)	Bem incorporado ao principal (ex: motor do carro)
Benfeitorias (Art. 96)	Melhorias feitas no bem (necessárias, úteis, voluptuárias)
Produtos e Frutos (Art. 95)	Rendimento do bem (naturais, civis, industriais)



CRITÉRIO	CLASSIFICAÇÃO
Natureza física	Corpóreos × Incorpóreos
Mobilidade	Móveis × Imóveis
Substituibilidade	Fungíveis × Infungíveis
Uso	Consumíveis × Inconsumíveis
Divisão	Divisíveis × Indivisíveis
Organização	Singulares × Coletivos
Titularidade	Públicos × Particulares
Dependência	Principal × Acessório



- Fique atento a **exceções legais** (ex: herança = universalidade de direito; bem público dominical = pode ser alienado se desafetado).
- A banca adora cobrar a diferença entre **frutos e produtos**, ou entre **benfeitorias úteis e voluptuárias**.
- É importante saber quando um **bem imóvel pode ser considerado móvel**, como na separação dos frutos.

Domicílio Necessário

Base legal: Art. 76 do Código Civil de 2002



O **domicílio necessário (ou legal)** é aquele fixado por lei para certas pessoas, independentemente de sua vontade. Ele se opõe ao **domicílio voluntário**, que é escolhido livremente pela pessoa natural.

CASOS DE
NECESSÁRIO:

DOMICÍLIO

SUJEITO	DOMICÍLIO FIXADO POR LEI
Incapaz	O do seu representante legal
Servidor público	O lugar onde exerce permanentemente suas funções



Militar da ativa	O lugar onde serve
Marítimo	Onde o navio estiver matriculado
Preso	O lugar em que está cumprindo pena


DISTINÇÃO FUNDAMENTAL

TIPO DE DOMICÍLIO	DEFINIÇÃO
Voluntário	Livremente escolhido pela pessoa natural ou jurídica
Necessário (legal)	Imposto pela lei, conforme a função ou condição da pessoa



A banca costuma cobrar:

- A **distinção entre domicílio voluntário e necessário**.
- A **vinculação legal entre função pública ou condição jurídica** e o domicílio fixado.
- Situações hipotéticas em que o candidato deve **identificar corretamente o domicílio aplicável** ao caso concreto (ex: menor sob guarda, preso em regime fechado, servidor em outra localidade).

 **Atenção às pegadinhas:** o local onde reside **não é relevante** nesses casos — vale o **critério legal específico** do Art. 76.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1.(2025 - FCC - TRT - 6ª Região (PE)) Não dispondo a lei em sentido contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado têm natureza jurídica de bens

A) de uso comum do povo e são, portanto, inalienáveis em qualquer hipótese.

B) dominicais e, portanto, são inalienáveis em qualquer hipótese.



- C) de uso especial e, portanto, estão sujeitos à usucapião.
- D) de uso especial e, com isso, são inalienáveis e imprescritíveis, enquanto conservarem sua qualificação.
- E) dominicais e, portanto, podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

Resposta: E) Certo. De acordo com o art. 99, parágrafo único, do Código Civil:

Art. 99. São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Gabarito: "E".

2.(2025 - FCC - TRT - 6ª Região (PE)) Atenção: Considere o Código Civil brasileiro para responder à questão

As ruas e praças constituem bens

- A) de uso comum do povo e, portanto, estão sujeitas à usucapião.
- B) de uso especial, podendo ser alienadas, desde que observadas as exigências da lei.
- C) dominicais, podendo ser alienadas, desde que observadas as exigências da lei.
- D) de uso comum do povo e são, portanto, inalienáveis enquanto conservarem sua qualificação.
- E) de uso especial e, com isso, são inalienáveis e imprescritíveis, enquanto conservarem sua qualificação.

Resposta: D) Certo. É o que se extrai da análise dos seguintes dispositivos do CC:

Art. 99. São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

Gabarito: "D".



3.(2024 - FCC - TRT - 7ª Região (CE)) De acordo com o Código Civil, os bens

- A) móveis são suscetíveis de movimento próprio ou de remoção por força alheia, ainda que haja alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- B) naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.
- C) fungíveis são aqueles cujo uso importa destruição imediata da própria substância.
- D) públicos de uso especial estão sujeitos a usucapião.
- E) consumíveis são aqueles que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

Resposta: A) Errado. Oposto ao que diz o art. 82 do CC:

Art. 82. São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

B) Certo. Por força do disposto no art. 88 do Código Civil:

Art. 88. Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.

C) Errado. São consumíveis aqueles bens cujo uso importa destruição imediata da própria substância. Veja:

Art. 86. São consumíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.

D) Errado. Em desacordo com o art. 102 do CC:

Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

E) Errado. Observe o que diz o art. 85 do Código Civil:

Art. 85. São fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

Gabarito: "B".

4.(2024 - FCC - TRT - 7ª Região (CE)) Considere as seguintes assertivas acerca das benfeitorias na legislação civil:

- I. Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
 - II. As benfeitorias úteis são aquelas que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.
 - III. Às benfeitorias necessárias são as que aumentam ou facilitam o uso do bem.
- Está correto o que se afirma APENAS em



- A) I.
- B) III.
- C) II e III.
- D) I e II.
- E) II.

Resposta: I. Certo. Literalidade do art. 97 do Código Civil:

Art. 97. Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

II. **Errado.** As benfeitorias úteis são aquelas que aumentam ou facilitam o uso do bem. São necessárias as benfeitorias que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore. Observe:

Art. 96. As benfeitorias podem ser voluptuárias, úteis ou necessárias.

§ 2º São úteis as que aumentam ou facilitam o uso do bem.

§ 3º São necessárias as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.

III. **Errado.** Em desarmonia com o art. 96, §§ 2º e 3º, do Código Civil:

Art. 96. As benfeitorias podem ser voluptuárias, úteis ou necessárias.

§ 2º São úteis as que aumentam ou facilitam o uso do bem.

§ 3º São necessárias as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.

Gabarito: "A".

5.(2023 - FCC - TRT - 12ª Região (SC)) De acordo com o Código Civil, considere:

- I. O direito de sucessão aberta.
 - II. As energias que tenham valor econômico.
 - III. Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
 - IV. Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- São considerados bens móveis para efeitos legais:

- A) III e IV, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) II e IV, apenas.

Resposta: I. Errado. Considera-se imóvel o direito à sucessão aberta. Note:



Art. 80. Consideram-se imóveis para os efeitos legais:

II - o direito à sucessão aberta.

II. Certo. Norma expressa no art. 83, I, do CC:

Art. 83. Consideram-se móveis para os efeitos legais:

I - as energias que tenham valor econômico;

III. Errado. Observe o que aduz o art. 81, II, do Código Civil:

Art. 81. Não perdem o caráter de imóveis:

II - os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

IV. Certo. Conforme estabelece o art. 83, III, do CC:

Art. 83. Consideram-se móveis para os efeitos legais:

III - os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

Gabarito: "E".

6.(2022 - FCC - TRT - 9ª REGIÃO (PR)) De acordo com o Código Civil, os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal

A) não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.

B) abrangem as pertenças, independentemente das circunstâncias do caso.

C) abrangem as pertenças independentemente de qualquer manifestação de vontade, sendo lícito às partes dispor o contrário.

D) abrangem as pertenças independentemente de qualquer manifestação de vontade, sendo vedado às partes dispor o contrário.

E) abrangem as pertenças somente nos casos expressamente previstos em lei.

Resposta: A) Certo. Segundo art. 94 do CC:

Art. 94. Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.

Gabarito: "A".

7.(2024 - FCC - TRT - 20ª REGIÃO (SE)) Armando reside com ânimo definitivo em Aracaju, visita esporadicamente Itabaiana e exerce sua profissão em empresa situada em Lagarto e Laranjeiras, onde se situa a sede. De acordo com o Código Civil, considera(m)-se domicílio(s) profissional(ais) de Armando, exclusivamente quanto às relações concernentes à sua profissão:



- A) Laranjeiras, somente.
- B) Lagarto e Laranjeiras, para as relações que lhe corresponderem.
- C) Aracaju, Lagarto e Laranjeiras.
- D) Aracaju, Lagarto, Laranjeiras e Itabaiana.
- E) Aracaju e Laranjeiras.

Resposta: B) Certo. Em consonância com o disposto no art. 72, parágrafo único, do Código Civil:

Art. 72. É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.

Parágrafo único. Se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.

Gabarito: "B".

8.(2022 - FCC - TRT - 14ª Região (RO e AC)) Ricardo, que é proprietário de imóvel em São Paulo, alugou uma casa no Rio de Janeiro. Desde então, com ânimo definitivo, passou a viver alternadamente nessas duas cidades. Embora permaneça mais tempo em São Paulo do que no Rio de Janeiro, é nesta última cidade que vem exercendo a sua profissão. Além disso, Ricardo também é proprietário de casa em Maceió, onde costuma passar as festas de final de ano. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, Ricardo possui domicílio em

- A) São Paulo, somente.
- B) Rio de Janeiro, somente.
- C) São Paulo e Rio de Janeiro, somente.
- D) São Paulo, Rio de Janeiro e Maceió.
- E) São Paulo e Maceió, somente.

Resposta: C) Certo. É o que se infere do exame dos seguintes artigos do Código Civil:

Art. 70. O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

Art. 71. Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.

Art. 72. É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.

Parágrafo único. Se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.

Gabarito: "C".



9.(2022 - FCC - TRT - 9ª REGIÃO (PR)) Determinada sociedade anônima possui sede estatutária em São Paulo, onde funcionam sua diretoria e conselho de administração, mas toda sua atividade operacional é realizada no estabelecimento que possui em Maceió. Além disso, possui procurador residente em Curitiba, regularmente constituído para o fim de receber citações. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, referida sociedade possui domicílio em

- A) São Paulo, apenas.
- B) Maceió e Curitiba, apenas.
- C) Maceió, apenas.
- D) São Paulo e Maceió, apenas.
- E) São Paulo, Maceió e Curitiba.

Resposta: D) Certo. Em harmonia com o que prescreve o art. 75, IV, § 1º, do Código Civil:

Art. 75. Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é:

IV - das demais pessoas jurídicas, o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos.

§ 1º - Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

Gabarito: "D".

10.(2022 - FCC - TRT - 23ª REGIÃO (MT)) André, domiciliado em São Paulo, resolveu se mudar, com ânimo definitivo, para o Rio de Janeiro, onde alugou uma casa para nela residir. De acordo com o Código Civil, a prova da intenção de mudar o domicílio resultará do que André declarar

- A) às municipalidades de São Paulo e Rio de Janeiro, ou, se tais declarações não fizer, da própria mudança, com as circunstâncias que a acompanharem.
- B) à municipalidade de São Paulo, apenas, não se podendo provar sua intenção de outra forma, se nada tiver declarado.
- C) à municipalidade do Rio de Janeiro, apenas, não se podendo provar sua intenção de outra forma, se nada tiver declarado.
- D) às municipalidades de São Paulo ou Rio de Janeiro, alternativamente, não se podendo provar sua intenção de outra forma, se nada tiver declarado.
- E) às municipalidades de São Paulo e Rio de Janeiro, cumulativamente, não se podendo provar sua intenção de outra forma, se nada tiver declarado.

Resposta: A) Certo. Ordem do art. 74, parágrafo único, do Código Civil:

Art. 74. Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar.



Parágrafo único. A prova da intenção resultará do que declarar a pessoa às municipalidades dos lugares, que deixa, e para onde vai, ou, se tais declarações não fizer, da própria mudança, com as circunstâncias que a acompanharem.

Gabarito: "A".

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas: Domicílio

1. Explique o conceito de domicílio propriamente dito e como ele é estabelecido.

2. O que é o domicílio necessário e quais são as categorias de pessoas sujeitas a ele?

3. Qual é o domicílio de uma pessoa que exerce profissão em local diferente de sua residência?

4. Como é determinado o domicílio das pessoas jurídicas, segundo o Código Civil?

5. Explique o que ocorre com o domicílio quando uma pessoa possui mais de uma residência.

6. Como é definido o domicílio de uma pessoa jurídica que possui estabelecimentos em locais diferentes?

7. Em que casos a pessoa jurídica domiciliada no exterior pode ter domicílio no Brasil?

8. O que é domicílio contratual e como ele pode ser instituído?

9. Como o Código Civil trata a ausência de domicílio fixo e como se define o domicílio para pessoas nessa condição?



10. Defina domicílio para efeito de representação dos incapazes e explique como ele é determinado.

Perguntas: Bens

1. Explique a diferença entre bens móveis e bens imóveis conforme o Código Civil, e dê exemplos.

2. Defina bens fungíveis e infungíveis, e exemplifique.

3. O que são bens divisíveis e indivisíveis? Cite um exemplo de cada.

4. O que são pertenças e como elas são tratadas nos negócios jurídicos?

5. Diferencie os tipos de benfeitorias: voluptuárias, úteis e necessárias.

6. O que são bens públicos e quais suas classificações?

7. Explique o conceito de frutos e sua classificação, com exemplos.

8. Qual a diferença entre bens singulares e coletivos? Dê exemplos de cada um.

9. Bens públicos podem ser adquiridos por usucapião? Justifique com base no Código Civil.

10. O uso comum dos bens públicos deve ser gratuito ou remunerado? Explique com base na lei.

Perguntas com respostas: Domicílio

1. Explique o conceito de domicílio propriamente dito e como ele é estabelecido.



Resposta: O domicílio propriamente dito é o local onde a pessoa estabelece sua residência com ânimo definitivo, ou seja, com a intenção de permanecer naquele local de forma permanente. Para que o domicílio seja considerado, é necessário que haja essa vontade de fixação duradoura.

Art. 70: "O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo."

2. O que é o domicílio necessário e quais são as categorias de pessoas sujeitas a ele?

Resposta: O domicílio necessário é aquele fixado por lei para determinadas pessoas, independentemente de sua vontade. As categorias de pessoas sujeitas a ele incluem o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso, cada um tendo o domicílio determinado conforme sua condição.

Art. 76: "Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso."

3. Qual é o domicílio de uma pessoa que exerce profissão em local diferente de sua residência?

Resposta: Para quem exerce profissão em local distinto de sua residência, considera-se como domicílio o lugar onde a profissão é exercida, desde que haja a intenção de manter esse local para fins profissionais.

Art. 72: "também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida."

Parágrafo único. Se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem."

4. Como é determinado o domicílio das pessoas jurídicas, segundo o Código Civil?

Resposta: O domicílio de uma pessoa jurídica varia conforme sua natureza e pode ser: o Distrito Federal para a União; a capital para os Estados; o local de funcionamento da administração para os Municípios; ou o local onde funcionem suas diretorias e administrações para demais pessoas jurídicas.

Art. 75: "Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é: I - da União, o Distrito Federal; II - dos Estados e Territórios, as respectivas capitais; III - do Município, o lugar onde funcione a administração municipal; IV - das demais pessoas jurídicas, o lugar onde funcionarem as



respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos."

5. Explique o que ocorre com o domicílio quando uma pessoa possui mais de uma residência.

Resposta: Se uma pessoa tem mais de uma residência, considera-se domicílio qualquer uma delas.

Art. 71: *"Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas."*

6. Como é definido o domicílio de uma pessoa jurídica que possui estabelecimentos em locais diferentes?

Resposta: Para uma pessoa jurídica com diversos estabelecimentos, considera-se o domicílio cada um desses locais, mas apenas para os atos realizados em cada unidade específica.

Art. 75, § 1º: *"Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados."*

7. Em que casos a pessoa jurídica domiciliada no exterior pode ter domicílio no Brasil?

Resposta: Quando uma pessoa jurídica tem sua sede no exterior, seu domicílio no Brasil será o local do estabelecimento no país, no que tange às obrigações contraídas no Brasil.

Art. 75, § 2º: *"Se a administração, ou diretoria, tiver a sede no estrangeiro, haver-se-á por domicílio da pessoa jurídica, no tocante às obrigações contraídas por cada uma das suas agências, o lugar do estabelecimento, sito no Brasil, a que ela corresponder."*

8. O que é domicílio contratual e como ele pode ser instituído?

Resposta: O domicílio contratual é aquele estabelecido por contrato entre as partes para o cumprimento de obrigações, podendo as partes especificar um local para tal. Esse domicílio é relevante especialmente para a determinação do foro em disputas contratuais.

Art. 78: *"Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes."*



9. Como o Código Civil trata a ausência de domicílio fixo e como se define o domicílio para pessoas nessa condição?

Resposta: Para pessoas que não possuem residência habitual, o domicílio é considerado o local onde forem encontradas. Esse artigo visa regular a situação de pessoas sem residência fixa, como nômades ou errantes, permitindo que haja uma definição jurídica de domicílio mesmo em casos de ausência de residência fixa.

***Art. 73:** "Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada."*

10. Defina domicílio para efeito de representação dos incapazes e explique como ele é determinado.

Resposta: Para os incapazes, o domicílio é o mesmo que o de seu representante legal, ou seja, onde o representante ou assistente tem seu domicílio.

***Art. 76:** "Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso."*

Parágrafo único. O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, onde o navio estiver matriculado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença"

Perguntas com respostas: Bens

1. Explique a diferença entre bens móveis e bens imóveis conforme o Código Civil, e dê exemplos.

Resposta: Os **bens imóveis** são o solo e tudo o que se encontra incorporado a ele, seja de forma natural (como árvores e rios) ou artificial (como construções e edificações). Já os **bens móveis** são aqueles que podem ser movidos sem alteração de sua substância, ou seja, que não dependem de um local fixo.

Exemplos:

- Imóvel: Uma casa construída em um terreno.
- Móvel: Um carro ou uma joia.



Art. 79: "São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente."

Art. 82: "São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social."

2. Defina bens fungíveis e infungíveis, e exemplifique.

Resposta: **Bens fungíveis** são aqueles que podem ser substituídos por outros de mesma espécie, qualidade e quantidade, como o dinheiro. Já os **bens infungíveis** são insubstituíveis por outros, possuindo características próprias, como obras de arte ou joias exclusivas.

Exemplos:

- Fungível: Notas de dinheiro.
- Infungível: Uma pintura de valor artístico único.

Art. 85: "São fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade."

3. O que são bens divisíveis e indivisíveis? Cite um exemplo de cada.

Resposta: **Bens divisíveis** são aqueles que podem ser fracionados sem que sua substância ou valor seja alterado, como um terreno. **Bens indivisíveis** são aqueles que não podem ser divididos sem que percam suas características essenciais ou sofram prejuízo no uso, como uma obra de arte.

Exemplos:

- Divisível: Um terreno.
- Indivisível: Um veículo.

Art. 87: "Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam."

Art. 88: "Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes."

4. O que são pertencas e como elas são tratadas nos negócios jurídicos?

Resposta: As **pertencas** são bens que, embora acessórios, não integram o bem principal, mas facilitam seu uso, como um conjunto de ferramentas para uma máquina.



Exemplo: Uma garagem anexa a uma casa pode ser uma pertença que facilita o uso do imóvel.

Art. 93: "Art. 93. São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro."

Art. 94: "Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso."

5. Diferencie os tipos de benfeitorias: voluptuárias, úteis e necessárias.

Resposta: As **benfeitorias voluptuárias** são feitas por mero prazer ou luxo, sem aumentar a utilidade do bem. As **benfeitorias úteis** aumentam ou facilitam o uso do bem. Já as **benfeitorias necessárias** são aquelas que têm por objetivo conservar o bem ou evitar que ele se deteriore.

Exemplos:

- Voluptuária: Instalação de um jardim ornamental.
- Útil: Instalação de um portão eletrônico para entrada.
- Necessária: Reparo no telhado para evitar infiltrações.

Art. 96: "As benfeitorias podem ser voluptuárias, úteis ou necessárias."

§ 1º: "São voluptuárias as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor."

§ 2º: "São úteis as que aumentam ou facilitam o uso do bem."

§ 3º: "São necessárias as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore."

6. O que são bens públicos e quais suas classificações?

Resposta: Bens públicos são aqueles que pertencem ao domínio nacional e são de propriedade das pessoas jurídicas de direito público, como a União, os Estados, os Municípios e os Territórios. Eles são classificados em três tipos:

- **Bens de uso comum do povo** (como ruas e praças),
- **Bens de uso especial** (como prédios públicos),
- **Bens dominicais** (que são os bens sem destinação específica).

Art. 98: "São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem."



Art. 99: "I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado."

7. Explique o conceito de frutos e sua classificação, com exemplos.

Resposta: Os **frutos** são os rendimentos ou produtos que um bem gera periodicamente sem que sua substância seja alterada. Eles são classificados em três tipos:

- **Frutos naturais:** São os que resultam naturalmente do bem, como frutas de uma árvore.
- **Frutos industriais:** Resultam da intervenção humana, como o grão colhido em uma plantação cultivada.
- **Frutos civis:** São os rendimentos decorrentes da utilização do bem por terceiros, como aluguéis de um imóvel.

Art. 95: "Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico."

8. Qual a diferença entre bens singulares e coletivos? Dê exemplos de cada um.

Resposta: **Bens singulares** são aqueles que têm uma existência independente, enquanto **bens coletivos** são formados por um conjunto de bens singulares que têm uma destinação unitária, formando uma **universalidade de fato**.

Exemplos: Singular: Uma cadeira. Coletivo: Uma biblioteca pessoal composta por vários livros, com destinação de uso unitário.

Art. 89: "São singulares os bens que, embora reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais."

Art. 90: "Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária."



9. Bens públicos podem ser adquiridos por usucapião? Justifique com base no Código Civil.

Resposta: Não, os bens públicos não podem ser adquiridos por usucapião. O Código Civil estabelece que eles são inalienáveis enquanto mantiverem essa natureza pública.

Art. 102: "Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião."

10. O uso comum dos bens públicos deve ser gratuito ou remunerado? Explique com base na lei.

Resposta: O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou remunerado, dependendo da regulamentação específica de cada entidade pública responsável pela sua administração.

Art. 103: "O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem."

LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1.(2025 - FCC - TRT - 6ª Região (PE)) Não dispondo a lei em sentido contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado têm natureza jurídica de bens

- A) de uso comum do povo e são, portanto, inalienáveis em qualquer hipótese.
- B) dominicais e, portanto, são inalienáveis em qualquer hipótese.
- C) de uso especial e, portanto, estão sujeitos à usucapião.
- D) de uso especial e, com isso, são inalienáveis e imprescritíveis, enquanto conservarem sua qualificação.
- E) dominicais e, portanto, podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

2.(2025 - FCC - TRT - 6ª Região (PE)) Atenção: Considere o Código Civil brasileiro para responder à questão

As ruas e praças constituem bens

- A) de uso comum do povo e, portanto, estão sujeitas à usucapião.
- B) de uso especial, podendo ser alienadas, desde que observadas as exigências da lei.
- C) dominicais, podendo ser alienadas, desde que observadas as exigências da lei.
- D) de uso comum do povo e são, portanto, inalienáveis enquanto conservarem sua qualificação.
- E) de uso especial e, com isso, são inalienáveis e imprescritíveis, enquanto conservarem sua qualificação.



3.(2024 - FCC - TRT - 7ª Região (CE)) De acordo com o Código Civil, os bens

- A) móveis são suscetíveis de movimento próprio ou de remoção por força alheia, ainda que haja alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- B) naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.
- C) fungíveis são aqueles cujo uso importa destruição imediata da própria substância.
- D) públicos de uso especial estão sujeitos a usucapião.
- E) consumíveis são aqueles que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

4.(2024 - FCC - TRT - 7ª Região (CE)) Considere as seguintes assertivas acerca das benfeitorias na legislação civil:

- I. Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
- II. As benfeitorias úteis são aquelas que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.
- III. Às benfeitorias necessárias são as que aumentam ou facilitam o uso do bem.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I.
- B) III.
- C) II e III.
- D) I e II.
- E) II.

5.(2023 - FCC - TRT - 12ª Região (SC)) De acordo com o Código Civil, considere:

- I. O direito de sucessão aberta.
- II. As energias que tenham valor econômico.
- III. Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- IV. Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

São considerados bens móveis para efeitos legais:

- A) III e IV, apenas.
- B) I e III, apenas.



- C) II, III e IV, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) II e IV, apenas.

6.(2022 - FCC - TRT - 9ª REGIÃO (PR)) De acordo com o Código Civil, os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal

- A) não abrangem as pertencas, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.
- B) abrangem as pertencas, independentemente das circunstâncias do caso.
- C) abrangem as pertencas independentemente de qualquer manifestação de vontade, sendo lícito às partes dispor o contrário.
- D) abrangem as pertencas independentemente de qualquer manifestação de vontade, sendo vedado às partes dispor o contrário.
- E) abrangem as pertencas somente nos casos expressamente previstos em lei.

7.(2024 - FCC - TRT - 20ª REGIÃO (SE)) Armando reside com ânimo definitivo em Aracaju, visita esporadicamente Itabaiana e exerce sua profissão em empresa situada em Lagarto e Laranjeiras, onde se situa a sede. De acordo com o Código Civil, considera(m)-se domicílio(s) profissional(ais) de Armando, exclusivamente quanto às relações concernentes à sua profissão:

- A) Laranjeiras, somente.
- B) Lagarto e Laranjeiras, para as relações que lhe corresponderem.
- C) Aracaju, Lagarto e Laranjeiras.
- D) Aracaju, Lagarto, Laranjeiras e Itabaiana.
- E) Aracaju e Laranjeiras.

8.(2022 - FCC - TRT - 14ª Região (RO e AC)) Ricardo, que é proprietário de imóvel em São Paulo, alugou uma casa no Rio de Janeiro. Desde então, com ânimo definitivo, passou a viver alternadamente nessas duas cidades. Embora permaneça mais tempo em São Paulo do que no Rio de Janeiro, é nesta última cidade que vem exercendo a sua profissão. Além disso, Ricardo também é proprietário de casa em Maceió, onde costuma passar as festas de final de ano. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, Ricardo possui domicílio em

- A) São Paulo, somente.
- B) Rio de Janeiro, somente.
- C) São Paulo e Rio de Janeiro, somente.



- D) São Paulo, Rio de Janeiro e Maceió.
- E) São Paulo e Maceió, somente.

9.(2022 - FCC - TRT - 9ª REGIÃO (PR)) Determinada sociedade anônima possui sede estatutária em São Paulo, onde funcionam sua diretoria e conselho de administração, mas toda sua atividade operacional é realizada no estabelecimento que possui em Maceió. Além disso, possui procurador residente em Curitiba, regularmente constituído para o fim de receber citações. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, referida sociedade possui domicílio em

- A) São Paulo, apenas.
- B) Maceió e Curitiba, apenas.
- C) Maceió, apenas.
- D) São Paulo e Maceió, apenas.
- E) São Paulo, Maceió e Curitiba.

10.(2022 - FCC - TRT - 23ª REGIÃO (MT)) André, domiciliado em São Paulo, resolveu se mudar, com ânimo definitivo, para o Rio de Janeiro, onde alugou uma casa para nela residir. De acordo com o Código Civil, a prova da intenção de mudar o domicílio resultará do que André declarar

- A) às municipalidades de São Paulo e Rio de Janeiro, ou, se tais declarações não fizer, da própria mudança, com as circunstâncias que a acompanharem.
- B) à municipalidade de São Paulo, apenas, não se podendo provar sua intenção de outra forma, se nada tiver declarado.
- C) à municipalidade do Rio de Janeiro, apenas, não se podendo provar sua intenção de outra forma, se nada tiver declarado.
- D) às municipalidades de São Paulo ou Rio de Janeiro, alternativamente, não se podendo provar sua intenção de outra forma, se nada tiver declarado.
- E) às municipalidades de São Paulo e Rio de Janeiro, cumulativamente, não se podendo provar sua intenção de outra forma, se nada tiver declarado.

Gabarito



1. E
2. D
3. B
4. A
5. E
6. A
7. B
8. C
9. D
10. A

Bibliografia

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria geral do direito civil: parte geral. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm?ref=blog.suitebras.com. Acesso em 07/07/2024.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil: parte geral. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DINIZ, Maria Helena. Código Civil anotado. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: parte geral. 11ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. E-book.

MIRANDA, Pontes de. Tratado de direito privado: parte geral. Tomo I. 3ª ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971. E-book.

TARTUCE, Flávio. Direito civil: lei de introdução e parte geral. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014. E-book.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: parte geral. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.